

Maria Lidia Bueno Fernandes (Org.)

Trajetórias das Licenciaturas da UnB EaD em Foco

7.4)

N.Cham. 378.4(817.4) T766L

Título: Trajetórias das licenciaturas da UnB
: EaD em foco .



10274610

Ac. 1004343

Ex.5 BCE

de Brasília



50¹⁹⁶²
2012

Maria Lidia Bueno Fernandes (Org.)

Trajetórias das
licenciaturas da UnB
EaD em foco

EDITORA



UnB



UnB



50²⁰¹²

Reitor

José Geraldo de Sousa Junior

Vice-Reitor

João Batista de Sousa

Decanato de Ensino de Graduação

José Américo Soares Garcia

Diretoria Técnica de Graduação

Sérgio Antônio Andrade de Freitas

**Diretoria de Ensino de Graduação a Distância e
Gestão da Informação**

Iran Junqueira de Castro

**Coordenação Operacional de Ensino de Graduação a Distância -
Coordenação Institucional do Programa****Universidade Aberta do Brasil**

Maria Lidia Bueno Fernandes

Rui Seimetz - Coordenação Adjunta

EDITORA**UnB****Diretora**

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Conselho Editorial

Angélica Madeira

Deborah Silva Santos

Denise Imbroisi

José Carlos Córdova Coutinho

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – *Pres.*

Neide Aparecida Gomes

Roberto Armando Ramos de Aguiar

Maria Lídia Bueno Fernandes (Organizadora)

Trajetórias das licenciaturas da UnB EaD em foco

Professores e colaboradores:

Adriana Amidani; Alcir Braga Sanches; Ana Cristina Galvão; Ana Lúcia de Abreu Gomes; Ana Marilis Guimarães Rocha; Carlos Alberto Gonçalves; César Lignelli; Clara Alonso; Cristina M. Madeira Coelho; Denise Imbroisi; Elicio Bezerra Pontes; Elizabeth Maria Talá de Souza; Fabiana Marroni Della Giustina; Flávia Motoyama Narita; Gerson André da Silva e Silva; Giselle Rodrigues de Brito; Glauber Gonçalves Abreu; Graça Veloso; Iran Junqueira de Castro; Izabela Brochado; Janaína de Aquino Ferraz; José Américo Soares Garcia; Larissa Medeiros Marinho dos Santos; Lívia Veleda de Sousa e Melo; Luiz Cezar dos Santos; Márcia Abrahão Moura; Maria Lídia Bueno Fernandes; Maria Luiza M. S. Coroa; Marília Luiza Peluso; Nelma Melani; Paulo Roberto Affonso Marins; Pedro José Pontual Zanotta; Rosana Amaro; Rosana de Castro; Ruth Gonçalves de Faria Lopes; Sérgio Antônio Andrade Freitas; Sulian Vieira; Thérèse Hofmann Gatti; Valdir Adilson Steinke; Wilsa Maria Ramos.

EDITORA

UnB



UnB



50
1962
2012

Copyright © 2012 by
Editora Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

Decanato de Ensino de Graduação
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da Reitoria - Térreo
CEP: 70910-900 Asa Norte – Brasília – DF, Brasil
Tel.: (61) 3368-4027 Fax: (61)3349-3730
Home page: www.unb.br

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Impresso no Brasil
Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Fax: (61) 3035-4230
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contato@editora.unb.br

EQUIPE EDITORIAL

Editora de publicações

Nathalie Letouzé Moreira

Coordenação de produção gráfica

Marcus Polo Rocha Duarte

Revisão

Ângela Sillos
Ramiro Galas Pedrosa
Vânia Barbosa

Supervisão gráfica

Elmano Rodrigues Pinheiro e Luiz A. R. Ribeiro

Capa e diagramação

Sanny Saraiva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica

T768	Trajетórias das licenciaturas da UnB : EaD em foco / Maria Lidia Bueno Fernandes, organizadora. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2012. 280 p. ; 23 cm. ISBN 978-85-230-1049-2 1. Educação a distância. 2. Programa Universidade Aberta do Brasil. 3. Universidade de Brasília – Licenciaturas. I. Fernandes, Maria Lidia Bueno (org.).
	CDU 378.4(817.4)

Sumário

Apresentação	7
Trajetórias das licenciaturas da UnB: em busca de um olhar qualificado sobre a Educação a Distância	11
Ensino de graduação a distância na Universidade de Brasília: institucionalização e convergência com ensino presencial	27
Uma reflexão sobre Educação a Distância na UnB: subsídios para o processo de regulamentação	51
Traços, riscos e bordados constituintes da história do programa Universidade Aberta do Brasil na UnB	81
A vanguarda docente e os desafios da Licenciatura em Artes Visuais no Sistema Universidade Aberta do Brasil	115
O curso de Licenciatura em Teatro a Distância	131
Licenciatura em Música a Distância na UnB: planejamento e implementação.	151
Curso de Pedagogia a Distância no Sistema UAB: uma reflexão sobre nossa experiência	169
Licenciatura em Educação Física na modalidade a distância: a experiência da UnB	193
Percursos e avanços da Licenciatura em Letras-Português EaD na UnB	221
Curso de Licenciatura em Biologia a Distância: breve história	241
Licenciatura em Geografia na modalidade a distância: reflexões e comentários.....	259

Traços, riscos e bordados constituintes da história do programa Universidade Aberta do Brasil na UnB

Ana Marilis Guimarães Rocha

*Prof.ª da Secretaria de Educação do Distrito Federal
Mestre em Educação pela UnB
Atuou como assessora da coordenação geral da UAB/UnB
marilis.ana@gmail.com*

Gerson André da Silva e Silva

*Mestrando da Faculdade de Educação da UnB
Atuou como coordenador da produção de materiais
didáticos da UAB/UnB
gerσονandre@gmail.com*

Lívia Veleda de Sousa e Melo

*Doutoranda da Faculdade de Educação da UnB
Atuou como coordenadora da tutoria da UAB/UnB
liviaveleda@yahoo.com.br*

Larissa Medeiros Marinho dos Santos

*Prof.ª Dra. da Universidade Federal de São João del-Rei
Atuou como coordenadora da produção de
materiais multimídia e formação continuada de
professores da UAB/UnB
larissa@ufsj.edu.br*

Wilsa Maria Ramos

*Prof.ª Dra. do Instituto de Psicologia/Departamento de
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da UnB
Atuou como Coordenadora da UAB/UnB
ramos.wilsa@gmail.com*

Vamos bordando a nossa vida, sem conhecer por inteiro o risco; representamos o nosso papel, sem conhecer por inteiro a peça. De vez em quando, voltamos a olhar para o bordado já feito e sob ele desvendamos o risco desconhecido; ou para as cenas já representadas, e lemos o texto, antes ignorado. E é então que se pode escrever - como agora faço - a "história"...

Magda Soares



O potencial atribuído ao conhecimento como requisito para alavancar o crescimento e o desenvolvimento de uma nação ganhou centralidade nas políticas públicas desse século passado, impulsionando a expansão e a democratização do acesso à educação superior.

Coerentemente com essa posição, destacamos a importância da aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2001), paradigma que se destaca no século XXI devido à necessidade de enfrentar os múltiplos e emergentes desafios e mudanças da sociedade da informação. Adicionadas a esses fatores, as formas flexíveis de oferta de ensino mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação-TICs, possibilitaram uma nova geração da educação a distância, resultando em maiores oportunidades de formação do cidadão.

Como destaca Aretio (2010), a história da educação a distância-EaD é marcada pelo surgimento e desenvolvimento de outras formas de ensinar e aprender incentivadas pelos movimentos sociais e econômicos e pelo desenvolvimento das áreas de informação e telecomunicação, robótica, comunicação, psicologia cognitiva e neurociência. O desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares sobre as práticas de uso social das TICs imputa à educação novas possibilidades de configuração do processo de ensino e aprendizagem, separando-o temporal e espacialmente, extrapolando a rigidez espaço-temporal própria da docência convencional e criando, entre outras possibilidades, as comunicações eletrônicas em rede, assíncronas ou síncronas, de todos para todos, mediadas pelas ferramentas disponíveis na internet, tais como *chat*, webconferência, fórum, etc.

A universidade aberta

Podemos datar, a partir da década de 1960, o surgimento de uma nova era da universidade, a princípio denominada universidade aberta por oferecer cursos abertos a toda sociedade e, com o avanço das TICs, essa nomenclatura foi se transformando para ciber universidade, universidade virtual, universidade online. Nesse contexto, os papéis dos professores e alunos são diferenciados para cumprir metas e metodologias de um novo sistema educativo.

Na América Latina, esse movimento da universidade aberta surge a partir dos anos 1970, quando iniciou-se na região a produção de mudanças significativas, ao se configurar o sistema EaD como um instrumento educativo para o nível superior (RAMA, 2009). Comparando-se com outros países da América Latina, o Brasil começou tardiamente a oferta de educação superior a distância. Somente a partir de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a EaD foi inserida no sistema educacional brasileiro (Art. 80), conforme detalhado no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Nas esferas públicas estadual e federal, o Programa de Formação Inicial para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio, o Pró-Licenciatura, e a Universidade Aberta do Brasil-UAB constituem dois projetos nacionais de grande vulto inseridos no Programa Universidade do Século XXI¹, do Ministério da Educação-MEC, voltados à formação inicial de professores da escola básica. Esses programas marcam historicamente a abertura da era da EaD na educação superior pública.

Neste capítulo, relatamos os fatos e acontecimentos mais significativos que ocorreram no período da criação e implementação do programa UAB na Universidade de Brasília-UnB, considerando os primeiros cinco anos. Vale destacar que, em 2005, a UnB detinha experiência de mais de 25 anos na oferta de cursos na modalidade EaD. Considerando essa experiência, esperava-se que a implementação da UAB não seria um grande desafio. Entretanto, o cenário das políticas públicas educacionais, as questões relativas à infraestrutura de infovias dos estados e municípios, bem como a própria estrutura de implementação do programa proposta pelo MEC, além de outras questões relacionadas à formação de pessoal no nível operacional, tático e estratégico, tornaram essa experiência única, demonstrando que as experiências passadas não forneciam todas as respostas para as

Em 2005, acreditava-se que implantar Universidade Aberta não seria desafio para a UnB, que contava com mais de 25 anos de experiência na oferta de cursos na modalidade EaD.

1 O Programa Universidade do Século XXI foi criado pelo Ministério da Educação-MEC com o objetivo de reformar a educação superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, por meio de ações promovidas junto aos alunos e professores dessas instituições e de estudantes bolsistas das instituições de ensino superior privadas.

questões emergentes. Desse modo, foi preciso reinventar processos a fim de vencer os novos desafios impostos pela criação de cursos a distância em uma universidade tradicional, de ensino presencial.

No intento de mapear as linhas estratégicas de implantação da UAB/UnB, propomos as seguintes reflexões:

- a) Como foi decidido o processo de expansão e interiorização da UnB via educação a distância?
- b) Como a educação a distância do programa UAB tem se configurado na UnB em termos da organização acadêmica e metodológica?
- c) Quais foram as principais estratégias de implantação?
- d) Quais os rumos possíveis a serem adotados para o futuro do ensino superior a distância na UnB?

O foco deste artigo baseia-se em cinco áreas críticas: 1) conceito, objetivos e financiamento da UAB; 2) o processo de construção do programa; 3) seleção e formação dos atores; 4) processo seletivo e perfil dos alunos; e 5) gestão do programa.

Conceito e objetivos da UAB

O programa UAB tem como espinha dorsal a ação das universidades públicas no planejamento, oferta e execução de cursos de graduação a distância mediados por sistema de tutoria em polos mantidos pelos municípios, fortemente apoiado pelas TICs, visto que a expansão com base em metodologias tradicionais não seria suficiente para atender à demanda por formação superior em um país continental como o Brasil.

A UAB foi criada pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, objetivando prover o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país. Segundo a legislação, os cursos de graduação a distância representam uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Vale destacar que a UAB não foi criada com o propósito de ser um consórcio de universidades públicas para a oferta de cursos *on-line*, ainda que também possa ter cursos a distância oferecidos nesse formato. Não foi tampouco criada como uma universidade aberta como a *Open University* da Inglaterra e outras existentes em vários países que oferecem cursos abertos e somente a distância. O programa UAB foi instituído por meio de acordo de cooperação técnica entre MEC e universidades públicas e Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFETs (atuais Institutos Federais), visando propiciar a expansão, democratização do acesso e interiorização da educação superior. Para sua operacionalização, as Instituições de Ensino Superior-IES recebiam subsídios para arcar com despesas relativas ao pagamento de recursos humanos não previstos no orçamento da União, custeio da produção de materiais didáticos, oferta e manutenção do funcionamento dos cursos.

Importante destacar que, no sistema público de ensino superior, a UAB não representa a total conversão dos sistemas presenciais em sistemas a distância, mas sim o incentivo à oferta de sistemas bimodais, preservando o ensino presencial e incentivando a criação de cursos a distância destinados a atender a população de locais que não possuem centros de ensino superior público.

Segundo Ramos e Lazarte (2007), diferentemente dos países que na década de 1960 e 1970 optaram pela criação de universidades destinadas exclusivamente ao ensino a distância, como, por exemplo, a Universidade Nacional de Educação a Distância da Espanha-UNED, no Brasil, por meio do programa UAB, o governo federal provocou as universidades públicas federais, em primeira instância, e posteriormente as estaduais, a ofertarem cursos a distância que já eram realizados na modalidade presencial. Para tanto, deveriam repensar suas metodologias, estruturas e tecnologias, incluindo a reorganização administrativa, adequando-as à nova modalidade de ensino.

a UAB não representa a total conversão dos sistemas presenciais em sistemas a distância, mas sim o incentivo à oferta de sistemas bimodais.

A princípio, o programa UAB deveria ser indutor de mudanças na cultura universitária, levando a uma metamorfose de processos e induzindo a bimodalidade, o que permitiria a oferta simultânea de cursos

presenciais e a distância, mantendo o ensino presencial no *campus* e o ensino a distância nos polos (centros de apoio à aprendizagem), tendo como público-alvo estudantes residentes em municípios de regiões geográficas desprovidas ou com baixa densidade de cursos superiores.

O sistema abrangendo as duas modalidades deveria ser configurado de modo que o mesmo curso fosse oferecido a estudantes de ambas as modalidades e também que fosse obedecida a mesma política e regimento para certificação, ao mesmo tempo que se resguardariam, no Projeto Político Pedagógico-PPP, as especificidades de cada modalidade.

Visando promover a gratificação e remuneração dos professores que trabalhariam nos programas de formação inicial e continuada dos atores do sistema educacional brasileiro, o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE instituíram a Lei nº 11.273, conhecida como Lei de Bolsas. A lei autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores e dos demais atores para a educação básica promovidos e apoiados pelo MEC, inclusive na modalidade a distância.

Na UAB, o incentivo financeiro destinado ao professor, que já possui uma carga de trabalho pesada no curso presencial, para atuar como coordenador ou para criar e ofertar a sua disciplina a distância, bem como para exercer a função de tutor, é a remuneração percebida pela Lei de Bolsas. Essa Legislação foi modificada em 2009 (Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009) e em 2010 (Resolução nº 8, de 30 de abril de 2010) visando o ajuste dos valores e definição dos papéis dos atores. Também em 2009, foi aprovada a Lei nº 11.947, que atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes competências para conceder bolsas de estudo e bolsas de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica desenvolvidos pelo MEC, inclusive na modalidade a distância.

Prevendo as exigências para a criação e o funcionamento desse sistema, a partir de 2006 foi organizada na UnB uma equipe, denominada Núcleo UAB, responsável pela implementação e representação da UnB junto ao MEC e à Secretaria de Educação a Distância e, posteriormente, com a transferência do programa UAB para a Capes (aprovação da Lei nº 11.502, 2007), também junto a Diretoria de Ensino Superior a Distância



da Capes. O Núcleo UAB estava sob a coordenação do Decanato de Ensino de Graduação-DEG e, em seu primeiro ano, era composto por: um professor coordenador (decano em exercício); uma professora doutora, ocupante da primeira vaga de concurso público destinada ao programa UAB na UnB; uma assessora técnica, mestre em educação; dois professores doutores responsáveis pela plataforma Moodle; uma secretária e dois estagiários, sendo algumas dessas pessoas as autoras deste documento histórico.

Até o início de 2008, o Núcleo UAB esteve sediado no prédio do DEG, em um espaço pouco adequado ao amplo crescimento da equipe. Por isso, nessa época, realizou-se a primeira mudança da UAB para outras instalações. O local escolhido, o laboratório do Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento-CDTC, em pouco tempo também não atendeu às demandas geradas pelo crescimento e diversificação das atividades da UAB. O núcleo permaneceu ali por apenas seis meses. Em meados de 2009, quando o Centro de Educação a Distância-CEAD mudou para o prédio situado na Super-Quadra 305 Norte, a UAB se transferiu para o prédio Multiuso I do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. Nesse momento, a equipe profissional também passou por mudanças, já que novas funções foram criadas para atender às necessidades dos cursos e nelas foram lotados funcionários concursados, à medida que vagas específicas para a UAB eram disponibilizadas pelo MEC.

Em relação aos objetivos do programa UAB na UnB, em discussões realizadas houve consenso em torno de dois deles, conforme registros em documentos específicos e na primeira página *web* do programa no período de três anos:

- Contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e para o desempenho dos alunos do sistema público de ensino, por meio da qualificação dos professores no ensino superior.
- Fortalecer o exercício da profissão docente mediante a oferta de cursos de licenciatura, por meio do uso dos recursos das tecnologias da informação e comunicação aplicados à educação, e, paralelamente, desenvolver atividades para a construção do conhecimento prático do professor e da reflexão crítica sobre a própria prática.

Para o cumprimento dos objetivos, a equipe reconhecia a importância da institucionalização do programa, por meio de distintas ações orientadas para a convergência entre os processos do ensino a distância com os procedimentos e rotinas do ensino presencial, evitando, assim, duplicar tarefas ou emprego de recursos humanos e, especialmente, não construir um programa alijado da universidade, que se constituísse “uma universidade dentro de outra”.

Tendo em vista essas questões, algumas ações foram consideradas prioritárias, tais como:

- a elaboração do Regimento Interno da modalidade de ensino a distância na graduação, no âmbito da UnB;
- a criação da Diretoria de Ensino de Graduação a Distância para atuar na definição de políticas de educação a distância;
- a regulamentação dos cursos de acordo com a lei;
- a constituição de uma comissão destinada a desenvolver o projeto de avaliação dos cursos na UnB, composta por coordenadores e colaboradores dos cursos de graduação a distância;
- a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, incluindo a graduação a distância;
- e a participação integral na elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional-PPPI, contemplando uma política para a EaD na UnB.

Desde o princípio do programa UAB na UnB, a equipe de coordenadores de cursos funcionava como órgão colegiado, reunindo-se quinzenalmente e tomando decisões administrativas e acadêmicas pertinentes às suas atribuições. A coordenação geral da UAB buscou sempre a articulação e o consenso com as políticas do DEG, sendo que a maioria das decisões foi tomada conjuntamente ou então as decisões eram tomadas por uma área e acatada pela outra, por legitimidade.

Considerando a importância de institucionalizar a modalidade dual na UnB, direcionamos o planejamento estratégico a partir de duas premissas: 1) oferta de ensino a distância para populações residentes em locais de difícil acesso ou com pouca ou nenhuma oferta de

graduação; 2) alinhamento dos cursos, presencial e a distância, de modo que todos os estudantes pudessem se beneficiar dos materiais e recursos produzidos, além de seguirem cursos com projetos pedagógicos iguais ou similares, com qualidade de ensino elevada (RAMOS; MEDEIROS; SILVA, 2009). A partir dessas premissas, optou-se por três ações estratégicas:

- consolidação de um sistema único bimodal de alta qualidade e oferta de graduação a distância convergente com o sistema presencial, e não paralelo;
- formação docente permanente orientada para o uso da tecnologia educativa visando à melhoria da qualidade do ensino, independentemente da modalidade;
- *campi* e polo como instâncias de referência da universidade - noção de presencialidade da universidade tanto nos *campi* como nos polos, por meio da disseminação da cultura universitária.

Para obter a convergência dos sistemas presencial e a distância, a UnB optou por alinhar algumas ações, propiciando condições e oportunidades aos estudantes das duas modalidades de forma semelhante. Merecem destaque as primeiras ações de integração que ocorreram a partir de 2009:

- Cursos de extensão abertos para os alunos dos *campi* e dos polos.
- Criação de disciplinas de verão on-line abertas aos alunos presenciais e a distância.
- Oferta da metodologia do Projeto Rondon para alunos da UAB.
- Oferta de vagas de monitoria para os alunos da UAB.

Para obter a convergência dos sistemas presencial e a distância, a UnB optou por alinhar algumas ações, propiciando condições e oportunidades aos estudantes das duas modalidades de forma semelhante.

Financiamento da UAB

Em 2007, no início do programa, o orçamento ministerial previsto para a implementação dos cursos custeados pela UAB previa a quantia de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.800,00 por aluno/ano. Nesse orçamento, estavam incluídos os custos com pagamentos de bolsas aos coordenadores, professores e tutores, bem como custos de diárias e passagens para aulas e acompanhamento dos alunos nos polos, material de consumo, contratação de serviços para o tratamento da informação e desenvolvimento de mídias e produção, impressão e distribuição de material didático.

Nos documentos oficiais do projeto da UAB no MEC, não havia um modelo de EaD explícito, entretanto, a matriz de financiamento condicionava a execução do programa, balizando as ações e direcionando para a criação de estruturas de funcionamento e de um desenho técnico-pedagógico para a EaD unificado. De forma decisiva, o MEC, ao financiar determinados recursos e não financiar outros, exercia o controle dos elementos pedagógicos e didáticos que delineariam os projetos pedagógicos dos cursos para as IES do Sistema UAB.

O modelo baseava-se na organização de uma rede de municípios parceiros da universidade, denominados polos, que faziam a recepção e o acompanhamento pedagógico dos alunos. Os polos deveriam oferecer suporte à aprendizagem, como estudos orientados, acesso a recursos didáticos e à biblioteca e oportunidades de participar em diferentes atividades culturais e de pesquisa, complementando a formação universitária. Neste quesito, tutores presenciais encontraram dificuldades no cumprimento de suas atividades específicas do currículo do curso, pois não tinham formação na área de educação a distância.

Visando ao cumprimento de sua função, cada polo recebeu do MEC, no início do programa, um kit com cinquenta computadores e uma rede de antena GSAC (via satélite) para montar seu laboratório de informática. Somente no primeiro ano, o MEC deveria arcar com a remuneração do coordenador de polo e dos tutores presenciais. Os demais recursos seriam providos pelos governos municipais ou estaduais. Entretanto, isso não ocorreu e os recursos para pagamento de bolsas de todos os atores continuaram sendo providos pelo governo federal.

Na época, esse fato constituiu uma preocupação constante para as universidades, pois se temia que a situação precária de algumas localidades pudesse inviabilizar o investimento no ensino superior, e as consequências recaíssem na parte acadêmica, afetando diretamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A sustentabilidade do projeto estava ancorada na condição do município de prover a estrutura mínima de funcionamento do polo. Outra preocupação era o fato de que haveria nos polos alunos de diversas universidades, convivendo com procedimentos, regimentos e normas diferenciadas, o que poderia tornar o processo de gestão bastante complexo e delicado.


O processo de construção do programa UAB na UnB

A entrada das IES para o programa UAB decorreu de atendimento ao chamado do edital público do projeto piloto do MEC/SEED, ao qual a UnB concorreu e obteve aprovação de projeto pedagógico do curso de graduação em Administração, ofertado por meio de consórcio com instituições federais de ensino. Na sequência, foi lançado o primeiro edital para oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância, publicado em 2005 (BRASIL, 2005) e atendido pela UnB, que concorreu com onze projetos pedagógicos de cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu*) e extensão, tendo sido aprovados seis cursos de licenciatura. Na concorrência instaurada pelo segundo edital, a UnB participou com oito novos projetos para cursos de graduação e obteve a aprovação de dois deles: as licenciaturas em Geografia e em Biologia.

Vejamos com mais detalhes a participação da UnB nas concorrências instauradas pelos editais do MEC/SEED.

Edital 1 (UAB1)

Em 16 de dezembro de 2005, por meio do Edital de Seleção nº 01/2005/SEED/MEC, foi realizada a Primeira Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições Federais de Ensino Superior, na modalidade de educação a distância, para o Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. Posteriormente, para a organização de financiamentos, vestibulares e ingresso de alunos, esse edital ficou conhecido como UAB1.



Esse edital teve por objetivo fomentar o Sistema UAB, por meio da articulação e da integração de instituições de ensino superior, municípios e estados, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no país, bem como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica (BRASIL, 2005).

Na UnB, uma equipe organizada pelo DEG convidou os institutos e faculdades para apresentarem seus projetos político-pedagógicos, auxiliando-os na elaboração destes. Houve aceitação da maioria dos projetos encaminhados. Após a diligência do MEC, os projetos foram revisados, visando assegurar um desenho técnico-pedagógico compatível com as especificidades da modalidade, incluindo sistema de tutoria, tecnologias a serem utilizadas, currículo desenhado para a EaD e sistema de avaliação e acompanhamento.

A publicação do resultado do edital trazia os cursos aprovados por universidade e os polos onde poderiam ser ofertados. A equipe responsável pela coordenação da UAB/UnB reuniu-se com os coordenadores dos cursos para decidir quais seriam os municípios e os estados a serem atendidos, já que nem todos os aprovados no processo desse edital poderiam ser atendidos. Particularmente, foram excluídos alguns polos da região Sudeste do país, pois havia a compreensão de que as regiões prioritárias no planejamento estratégico da UnB eram o Centro-Oeste e o Norte.

Nesse edital, a UnB concorreu com onze projetos de cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu*) e extensão, sendo aprovados seis cursos de graduação: Letras, Pedagogia, Educação Física, Artes Visuais, Teatro e Música.

A empolgação, a coragem e o comprometimento dos coordenadores dos cursos foram essenciais para levar os cursos de Artes Visuais, Teatro e Música para os estados do Acre e de São Paulo; o curso de Educação Física para os estados de Paraíba, São Paulo e Alagoas; e os cursos de Letras e Pedagogia para Goiás e Bahia. Foram contempladas algumas localidades de fora da área de atendimento prioritário, mas necessárias naquele momento.



Edital 2 (UAB2)

Em 14 de novembro de 2006, foi divulgado o Edital de Seleção nº 01/2006, SEED/MEC, para ampliação do sistema UAB, dando prioridade à formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Atendendo ao edital, a UnB concorreu com treze projetos: oito de graduação e cinco de especialização; destes, obteve a aprovação de dois cursos de graduação e um de especialização. Foi facultado ao gestor municipal negociar diretamente com a IES que ofertasse o curso de seu interesse. Para a seleção dos municípios, a equipe de coordenação da UAB/UnB, em conjunto com os gestores municipais analisou a vocação, a necessidade e a capacidade financeira do município para fornecer a infraestrutura adequada e sustentar a oferta do curso.

Em 2006 e 2007, foram realizadas visitas aos polos com o objetivo de analisar as condições de funcionamento. Àqueles que não apresentavam as condições necessárias, sugeriam-se adequações e estabeleciam-se novos prazos para o atendimento. Em alguns casos, foi necessária a intervenção do MEC, que disponibilizou equipamentos tecnológicos para o início dos cursos.

Com o resultado do segundo edital, foi somente em 2009 que a UnB promoveu o segundo vestibular da UAB/UnB, considerando o interstício de dois anos entre os processos seletivos. Nesse vestibular, a instituição abriu 1.450 novas vagas, distribuídas em vinte polos localizados em oito estados de quatro regiões do Brasil (Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste).

No cômputo geral, a UAB/UnB passou então a atender 2.390 estudantes:

- 1º ingresso/vestibular (2007) – 940 alunos
- 2º ingresso/vestibular (2009) – 1.450 alunos

O quadro a seguir identifica os polos atendidos pela UAB na UnB em 2009:

Quadro 1: Polos atendidos – UAB/UnB – Licenciaturas (2009)

Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Brasiléia, Acrelândia e Feijó – Acre
Xapuri e Sena Madureira – Acre
Itapetininga e Barretos – São Paulo
Alto Paraíso e Alexânia – Goiás
Carinhanha – Bahia
Duas Estradas – Paraíba
Santana do Ipanema – Alagoas
Palmas e Porto Nacional – Tocantins
Coromandel – Minas Gerais
Ceilândia e Santa Maria – Distrito Federal

No segundo semestre de 2009, abriram-se novas oportunidades na área de pós-graduação *lato sensu*. Foram ofertados os cursos Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar e Especialização em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Cidadania.

Juntos, os dois cursos somavam mais de oitocentas vagas, ofertadas em dez polos (Ceilândia, DF; Santa Maria, DF; Águas Lindas, GO; Alexânia, GO; Anápolis, GO; Formosa, GO; Alto Paraíso, GO; Vitória, ES; Ipatinga, MG e Itapetininga, SP). Os cursos de especialização são realizados em parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação-FE, o Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia e o Núcleo de Gestão da Universidade Aberta do Brasil da Universidade de Brasília.

A UAB/UnB, no ano de 2009, contabilizava os seguintes números:

- oito cursos de graduação em nível de licenciatura; três cursos de pós-graduação *lato sensu*; três cursos regulares de extensão, além de outros oferecidos de forma não regular pelos institutos e faculdades; 28 polos presenciais parceiros distribuídos em nove estados brasileiros; mais de 4 mil alunos matriculados, distribuídos em cursos de graduação, especialização e extensão.

Houve outros editais públicos a que a UnB concorreu e obteve

aprovação de cursos. Um deles foi o Edital nº 01, de 27 de abril de 2009, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema UAB, publicado em 27 de abril 2009. Em novembro de 2010, teve início o curso de graduação em Administração Pública, com oferta de 280 vagas, distribuídas em cinco polos, localizados nos estados do Acre (municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul), de São Paulo (município de Barretos) e Distrito Federal (cidades de Ceilândia e Santa Maria) e dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: Especialização em Gestão Pública e Especialização em Gestão em Saúde. Esses dois cursos somam 440 vagas, as quais foram distribuídas em polos localizados no Distrito Federal, Acre e São Paulo.

Em 2011, ocorreu o terceiro vestibular para a reoferta de cursos aprovados pelo MEC, totalizando 1.105 vagas e quatro novos polos: Ipatinga, MG; Buritis, MG; Barra do Bugres, MT e Primavera do Leste, MT.

Seleção e formação dos atores da UAB

Os sistemas educacionais na modalidade a distância envolvem a participação de diversos atores que compõem a rede de ensino e aprendizagem a distância: coordenadores, gestores, professores e tutores. O núcleo UAB/DEG/UnB sempre considerou como prioridade o processo de seleção e a formação continuada dos profissionais para o desempenho adequado de seus papéis e funções, fortalecendo o papel institucional e a melhoria da qualidade de ensino, impactando positivamente na aprendizagem dos alunos. Nesta seção, descrevemos os desafios enfrentados no processo seletivo e na formação continuada.

Coordenadores de polos e tutores presenciais

A etapa de seleção dos coordenadores e tutores que atuariam nos polos foi uma experiência desafiadora, pois entendia-se que o sucesso da educação a distância dependia de profissionais competentes, comprometidos e envolvidos com a implantação da UAB/UnB. Os critérios de seleção foram discutidos pelos gestores na UnB, instituídos aos municípios e contram com análise de currículo e entrevistas. Em alguns municípios, foram selecionados profissionais que se aproximavam muito do perfil desejado. Em outros, pela falta de pessoas habilitadas na área para coordenar e fazer a tutoria

presencial nos polos, fez-se necessário buscar alternativas nas cidades próximas, ampliando a esfera de divulgação em todos os veículos de comunicação disponíveis: rádios, igrejas, escolas, prefeituras, etc. Foi uma etapa que exigiu muita dedicação, visto que os professores-tutores sempre tiveram o papel fundamental de orientar os alunos, auxiliar no ensino e na aprendizagem do conteúdo esclarecer dúvidas e avaliações obedecendo às diretrizes da instituição.

A formação dos coordenadores e tutores dos polos foi presencial, e os coordenadores e tutores puderam conhecer o *campus* da UnB e os profissionais que administravam e coordenavam o Sistema UAB/UnB.

Terminado o processo de seleção, o passo seguinte foi a formação dos coordenadores e tutores dos polos. A formação foi presencial, portanto, todos vieram a Brasília, uma ocasião muito importante, haja vista que muitos coordenadores e tutores não conheciam a universidade nem os profissionais que administravam e coordenavam o Sistema UAB na sede da UnB. Era natural que estivessem ávidos por informações tais como: o papel que cada um desempenharia no polo, os graus de conhecimento e comprometimento necessários, o horário de trabalho, a remuneração e outros.

A formação foi planejada com muito cuidado. Esperava-se que os coordenadores e os tutores voltassem para seus municípios preparados para o desenvolvimento de ações de gestão educacional no polo, utilizando estratégias e recursos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem que visassem a permanência dos estudantes nos cursos, evitando que se sentissem isolados e desistissem do sonho da formação superior.

Era necessário que todos tivessem clareza quanto aos papéis e às responsabilidades individuais e coletivas, por isso era indispensável o planejamento de cada ação, já que nessa engrenagem viva e dinâmica da EaD não se permitem improvisações. Era preciso considerar o polo como um ponto de convergência entre o município e a universidade, entre alunos, professores, tutores presenciais e a distância, numa teia que se teceria por longos quatro anos, em uma “comunidade aberta e sem distância”.

Formação dos tutores on-line (a distância)

A formação dos tutores a distância passou por diversas fases e numerosas vezes foi reformulada, tendo em vista a importância desses profissionais na construção da aprendizagem a distância. Inicialmente, os tutores eram selecionados semestralmente pelas coordenações dos cursos em parceria com o Núcleo UAB/UnB e os professores das disciplinas. Depois de selecionados, realizavam um curso de formação com intuito de conhecer a plataforma Moodle e as estratégias de tutoria e mediação de cursos a distância. Esse curso foi reformulado diversas vezes entre 2007 e 2011, com base em avaliações realizadas pelos diversos atores e em necessidades do programa.

Em 2009, houve reformulação tanto na seleção como na formação de tutores, além de ser criada a função de coordenador de tutoria. Em vez de seleção semestral, vinculada a disciplinas específicas, os tutores passaram a ser selecionados para atuar no curso durante todo o ano e a fazer uma única formação, contando ainda com formações continuadas no próprio curso, com os professores supervisores e os coordenadores de tutoria. Essa reformulação foi importante para estabelecer maior envolvimento do tutor com o curso e suas atividades e maior vínculo com os alunos e tutores de polos, bem como para facilitar e aperfeiçoar o gerenciamento da tutoria.

Formação dos professores

A indicação do professor para a construção da disciplina a distância era responsabilidade do coordenador do curso. A decisão deveria ser aprovada no colegiado dos respectivos cursos. Nos casos em que não havia professores disponíveis para ofertar a disciplina, o coordenador poderia convidar professores externos, pertencentes a outras IES. A formação dos professores para atuar no Sistema UAB na UnB foi uma preocupação central da coordenação, visto que esses atores eram fundamentais para criar estratégias pedagógicas a distância e orientar o processo de oferta da disciplina, entre outras ações, orquestrando os tutores presenciais e a distância.

Antes de atuar na UAB/UnB, o professor contava com uma formação pedagógica com base em conhecimentos sobre a modalidade a distância, a docência nessa modalidade e a gestão de cursos *on-line*,

bem como formação em Moodle, para que fosse capaz de criar sua própria disciplina, pensando didaticamente o conteúdo de acordo com o contexto e com a especificidade da disciplina. O curso tinha a duração de cinco meses e, ao final, o professor teria de apresentar a disciplina pronta.

Na seção sobre a gestão de construção de disciplinas a distância, discorreremos sobre as políticas e o projeto pedagógico da formação continuada do professor da UAB/UnB.

Plano anual de capacitação continuada do sistema UAB/UnB

Em 2010, percebendo a necessidade de haver um planejamento para a formação dos atores envolvidos na construção e oferta de cursos a distância, pensou-se em um programa de formação integrado, no qual participariam todos os profissionais, inclusive os profissionais do núcleo e das secretarias dos cursos. Assim, no Plano Anual de Capacitação Continuada-PAC do Sistema UAB/UnB, foram propostos dez cursos de formação para professores, tutores, coordenadores de polos, gestores e secretários de cursos. Esse projeto foi inovador, e um dos maiores desafios postos era capacitar os atores e integrá-los, desenvolvendo a noção de sistema, no qual nenhum profissional poderia funcionar de forma isolada.

Depois de aprovado pela Capes, o plano começou a ser implantado em dezembro de 2010, com metas de formação previstas para todo o ano de 2011.

Por último, vale ressaltar que os cursos de formação de tutores e professores fazem parte da política da Capes/UAB, são itens financiáveis na implementação do programa e, portanto, essas ações tendem a continuar regularmente.

Processo seletivo e perfil dos alunos da UAB

O processo seletivo dos candidatos aos cursos a distância sempre foi diferenciado do processo seletivo do ensino presencial. Compreendia-se que, devido ao perfil socioeconômico e educacional desses candidatos, seria necessário pensar mecanismos e estratégias

de seleção compatíveis com as características desse universo. No vestibular da UAB/UnB, adotaram-se as seguintes ações: diminuição da nota de corte da redação, processo de classificação e não de eliminação por nota, diminuição do valor da taxa de inscrição do processo seletivo, reserva de 50% de vagas para professores de escolas públicas (vestibular de 2007 e 2009). No vestibular de 2011, foi pontuado a fator de moradia próxima do polo de estudo presencial.

Os candidatos eram selecionados segundo o desempenho no vestibular e o número de vagas oferecidas no curso, de modo a constituir duas listas: classificação por curso/polos em que o aluno se inscreveu e classificação geral no curso.

Visando ampliar o acesso de professores da rede pública de ensino, 50% das vagas foram reservadas aos professores das redes públicas municipal ou estadual na sede dos polos ou municípios circunvizinhos. Essa cota foi destinada aos professores em exercício na rede pública de ensino, na educação básica. Todos os procedimentos adotados tinham a premissa de que se deveriam preencher todas as vagas, de modo que um curso poderia ter até cinco chamadas. A partir do vestibular de 2011, não houve mais a necessidade de reserva de vagas para professores, visto que nos municípios atendidos pela UnB não havia mais demanda.

Perfil dos alunos

Em 2007 e 2009, a UAB/UnB realizou o levantamento de perfil socioeconômico dos estudantes aprovados para os cursos de graduação a distância (RAMOS; MELO, 2008). Na primeira aplicação, o questionário da pesquisa foi respondido por 58% do universo e, na segunda, por 73%.

Os resultados dessas pesquisas evidenciaram que a maioria dos estudantes: é do sexo feminino e concentra-se nas faixas etárias entre 18 e 35 anos de idade; está cursando a primeira graduação e é proveniente de escolas públicas de ensino médio; está há pelo menos dois anos sem estudar; renda mensal de, no máximo, R\$ 1 mil, possui computador em casa, mas nem todos com internet, e trabalham durante o dia. Ao serem perguntados sobre o porquê de estudar a

distância, nota-se que a flexibilidade do horário de estudo e a falta de oportunidade de estudar presencialmente são grandes atrativos.

Em resumo, a partir dos dados levantados com a aplicação do questionário, podemos afirmar que os estudantes da UAB/UnB ingressos em 2007 e 2009 possuem as seguintes características:

- adultos egressos de cursos presenciais;
- lecionam em escolas públicas;
- faixa etária de maior concentração de 18 a 35 anos;
- trabalhadores com carga horária de 40 horas semanais ou mais, denotando pouco tempo disponível para os estudos;
- não têm experiência com programas de educação a distância;
- aproximadamente um terço dos estudantes possui experiência anterior no ensino superior presencial.

O resultado do questionário de perfil acadêmico tem subsidiado a equipe de construção de disciplinas e formação continuada da UnB de professores, visando adequar as atividades e tipos de interlocução à identidade sociocultural dos ingressantes no vestibular (RAMOS; MELO, 2008).

Gestão dos cursos na UAB/UnB

A fim de se compreender os desafios enfrentados para a institucionalização dos cursos de graduação a distância na UnB, apresentamos a forma de estruturação dos níveis hierárquicos que funcionou até o início de 2011.

Nacionalmente, o programa é composto de três níveis de coordenação: Coordenação Nacional da UAB, sob responsabilidade da Diretoria de Ensino a Distância da Capes; Coordenação Geral nas IES; Coordenações de Polos, Distrito Federal, Estados, Municípios.

Na UnB, o sistema de EaD sempre esteve estruturado nas unidades acadêmicas e instâncias colegiadas das faculdades e institutos. Entretanto, como a gestão financeira dos projetos era realizada em conta única, organizou-se uma instância deliberativa, operacional e pedagógica, denominada Núcleo UAB dentro do DEG, visando, além da

gestão orçamentária e prestação de contas, a integração, a socialização e a racionalização das decisões tomadas pelos coordenadores de curso. Esse núcleo exercia suas funções de forma colegiada, por tomada de decisões dirigidas pelo DEG, pela Diretoria de Ensino de Graduação a Distância, pela Coordenação Geral da UAB e pelos coordenadores de cursos oriundos dos institutos e faculdades que oferecem os cursos de graduação na modalidade a distância.

Em termos administrativos, até início de 2011, o núcleo de coordenação da UAB contava com estrutura organizacional composta por várias subcoordenações, conforme detalhado na Figura 1. Essa estrutura interna permitia que o trabalho acadêmico fosse executado de forma racional em todas as suas etapas, da elaboração do projeto pedagógico à oferta e avaliação das disciplinas.

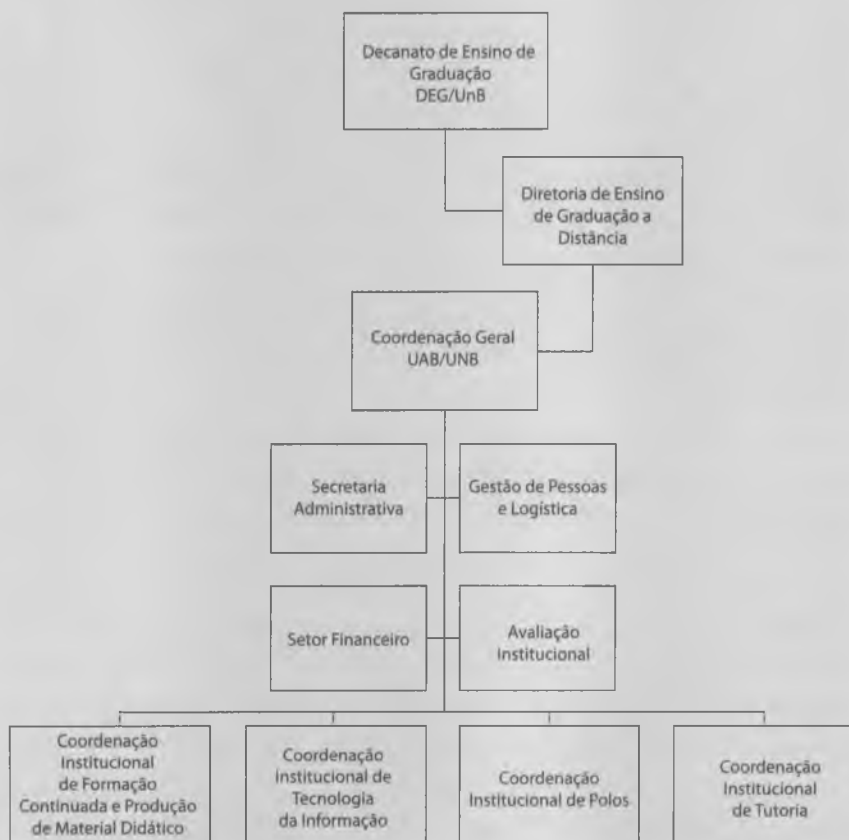



Figura 1: Estrutura organizacional do Núcleo de coordenação da UAB/UnB
Fonte: PPP da UAB/UnB



A partir de abril de 2011, houve mudança do nome de Coordenação Geral UAB/UnB para Coordenação Operacional de Ensino de Graduação a Distância, que permanece vinculada ao DEG.

Vale destacar que há uma tendência em manter a estrutura criada como mecanismo de implementação e fortalecimento do sistema de EaD na Universidade de Brasília.

A seguir, serão detalhadas cada uma das áreas do organograma.

A gestão acadêmica e a avaliação institucional

Os coordenadores geral e adjunto da UAB, no âmbito da universidade, eram responsáveis por: implantação do projeto na administração central; prestação de serviços para os cursos na parte de manutenção; execução e controle orçamentário e prestação de contas; apoio administrativo à implementação do programa, incluindo contratação de pessoas e serviços; oferta de cursos de formação de professores, tutores e coordenadores de polos; planejamento e execução da produção de materiais didáticos multimídia, provisão da infraestrutura tecnológica para suporte de rede e manutenção do servidor, *backups*, etc. (RAMOS; MEDEIROS; SILVA, 2009).

No segundo semestre de 2009, o Núcleo UAB/UnB passou a contar com uma equipe de 26 profissionais técnicos de nível superior e médio, quatro professores e estagiários.

Desde o início da implementação, cada curso possuía um coordenador e uma secretária que estavam sediados nas faculdades e institutos. Após 2009, agregou-se à equipe mais uma secretária e um gestor de curso, no intuito de organizar a parte acadêmica e administrativa dos cursos e dar suporte na fase de ampliação e reoferta dos cursos, com o resultado do vestibular do respectivo ano. As secretárias de curso exerciam as mesmas funções das secretárias da UnB, entretanto, eram capacitadas para atuar na oferta do ensino a distância, na comunicação *on-line* com alunos, professores, polos, etc.

O coordenador de curso, responsável pela realização do programa na sua unidade acadêmica, tem como papel acompanhar e avaliar todo o processo de execução do curso, organizando e orientando os trabalhos de sua equipe de professores-autores, bem como incentivá-

los e acompanhá-los em seu processo de formação no Curso de Formação de Professores da UAB/UnB. Os coordenadores dos cursos deveriam posicionar-se e manter um elevado nível de articulação com a Coordenação da UAB/UnB.

Esses coordenadores dos cursos a distância sempre foram importantes intermediadores entre seus institutos, departamentos ou faculdades, a Coordenação da UAB/UnB e os dirigentes da Capes/MEC, articulando questões e decisões sobre o curso no âmbito de todas essas instâncias. Também era de responsabilidade deles realizar o ateste, que era um tipo de certificação de que os bolsistas atuaram no mês, desempenhando a sua função de acordo com o esperado. O ateste ou o de acordo era realizado para as bolsas dos docentes de sua equipe (professores-autores e supervisores dos cursos). Também deveria conferir o ateste dos tutores realizado pelos professores supervisores. Esses procedimentos continuam sendo realizados pela UnB como exigência da Capes.

Desde 2007, o Núcleo UAB/UnB iniciou o desenvolvimento de um sistema de avaliação e monitoramento das atividades operacionais e de gestão dos cursos. Esse sistema, a partir de agosto de 2009, foi ampliado e teve seus trabalhos apoiados por uma comissão de avaliação, nomeada pelo DEG, instituída para elaborar o Projeto de Avaliação Institucional da UAB/UnB e a construção de instrumentos informatizados, desenvolvidos para prover mecanismos de avaliação dos cursos a distância. O projeto de avaliação foi concluído de modo que os instrumentos foram aplicados em nível interno, externo e como processo de autoavaliação. Os desafios decorrentes da aplicação dos instrumentos avaliativos são diversos e envolvem a devolutiva dos resultados para os atores, e principalmente a sua análise, visando melhorias nos processos a partir dos pontos críticos verificados na dimensão didático-pedagógica.

A gestão orçamentário-financeira

A gestão orçamentário-financeira do Sistema UAB deveria atender plenamente às demandas dos cursos, resultando daí sua complexidade, tanto do ponto de vista da sua operacionalização quanto de seu planejamento, já que administra recursos das seis faculdades e

institutos da UnB. O Plano de Trabalho Anual-PTA era assinado mediante a apresentação, a análise, a negociação e a aprovação pela Capes de vários documentos: projeto básico de implantação, envolvendo o plano de manutenção e reoferta de cursos; planilhas orçamentárias com memória de cálculo de todos os itens que são custeados pelo projeto; e Plano de Trabalho (modelo próprio da Capes). Nos PTAs e projetos básicos, devem constar os quantitativos de bolsas e demais elementos de despesas necessários para atender às demandas dos cursos. As despesas financiadas foram: bolsas de pesquisa; material de consumo; serviços de pessoa física e jurídica, passagens e diárias. Anualmente, as IES podem apresentar à Capes um plano de trabalho mediante aprovação em edital específico para aquisição de material permanente.

A aplicação dos recursos orçamentários repassados pela Capes ocorria descentralizadamente nas IES, com prazo de execução de um ano ou dois semestres. Durante esse período, as IES deveriam se preparar para a prestação de contas junto ao órgão financiador.

De acordo com a planilha orçamentária da UnB, a maior parcela desse financiamento (em torno de 60%) se destinava à realização de atividades de docência, ou seja, criação e oferta dos cursos por meio do Decreto-Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, na Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, a Lei de Bolsas. Como mencionado anteriormente, a Lei de Bolsas sempre foi um dos pilares do programa UAB, tendo por finalidade a provisão de recursos para a realização de atividades de desenvolvimento dos cursos e oferta do programa. Nessa condição, as atividades docentes eram gratificadas monetariamente por meio da Lei de Bolsas.

Na UnB, permite-se o pagamento de bolsas para professores da própria instituição ou de outras, tanto para a construção quanto para a oferta das disciplinas. O pagamento dessa bolsa estava vinculado à apresentação de produtos mensais capazes de comprovar o cumprimento das atividades previstas na UAB/UnB.

Para gerenciar o ateste e pagamento dessas bolsas, em 2008 foi desenvolvido um programa informatizado denominado Sistema de Gestão de Bolsas-SGB, específico para a UnB, para recebimento dos relatórios e atestes *on-line* realizados pelo responsável hierarquicamente superior ao profissional que recebe a bolsa. Por

exemplo, o ateste de tutor a distância de uma disciplina é realizado pelo professor supervisor daquela disciplina e o ateste dos tutores presenciais, pelo supervisor da tutoria. O sistema recebe e arquiva os relatórios e também os disponibiliza para leitura e ateste. Possibilita ainda a emissão de relatórios por curso com dados sobre o ateste. Com base nesses dados, o coordenador-geral da UAB realiza o ateste de todos os colaboradores do mês.

A partir de 2008, o MEC aprovou a distribuição de vagas docentes para subsidiar a oferta dos cursos no Sistema UAB. Em quatro anos, as IES pertencentes ao Sistema UAB deveriam receber vagas docentes para o fortalecimento do programa. Entretanto, até que esse processo seja concluído de modo a compor um quadro docente estável e completo para a oferta dos cursos a distância, a continuidade do programa UAB nas IES continuará dependendo dos recursos do Decreto-Lei nº 11.273, Lei de Bolsas.

A gestão da construção de disciplinas a distância

A criação de uma equipe de gestão da construção de disciplinas a distância e a produção de materiais didáticos pedagógicos no Núcleo UAB/UnB sustentou a tese do alinhamento dos procedimentos de atenção ao professor, visto que todos eles, independentemente da área, eram formados e assistidos na produção de materiais didáticos pela mesma equipe.

A segunda tônica apoiou-se na premissa de que o professor é o principal tomador de decisão e negociador de suas demandas e exigências para o ensino de sua área do conhecimento. A construção da disciplina e dos materiais didáticos ocorria concomitantemente com a formação dos professores, que ao longo de cinco meses preparavam sua disciplina no Moodle e produziam os materiais didáticos (RAMOS; MEDEIROS; SILVA, 2009).

Por essas razões, a organização da gestão na elaboração de materiais pedagógicos proposta pela UnB diferiu totalmente dos modelos em formato de linha de produção. A ênfase da formação continuada do professor era nas dimensões pedagógica, tecnológica e de gestão do ambiente de aprendizagem Moodle.

Para tanto, os coordenadores de curso contavam, a cada semestre,

com uma equipe de docentes que atuavam no planejamento, desenvolvimento e oferta de disciplinas semestrais. As equipes realizavam reuniões pedagógicas de discussão e desenho do projeto pedagógico para EaD e decidiam o uso de tecnologias e o desenho instrucional do material didático durante o curso de formação.

Em trabalho publicado por Silva e Ramos (2011, p. 94) sobre o ambiente virtual dos cursos da UAB/UnB, há um detalhamento da forma de organização das disciplinas a distância:

O modelo de oferta educativa é caracterizado como e-learning, ou aprendizagem virtual, por disponibilizar uma grande parte do ensino no Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA, no qual ocorre a interação entre professores e estudantes, assim como as atividades dos estudantes e a interação com os materiais de aprendizagem (textos, vídeos, hipertextos, áudios etc.). O modelo mescla o virtual (Moodle) com partes presenciais, visto que os cursos necessitam de muitas atividades práticas que ocorrem nos centros de estudos, polos. Em geral, a avaliação positiva da disciplina está relacionada a organização didático-pedagógica da disciplina e a atuação do professor supervisor que conta com um sistema de tutoria presencial (nos centros de estudos, polos) e a distância (no AVA).

O planejamento, a concepção, a configuração e a gestão dessas disciplinas são elementos concebidos pelos professores autores durante o curso de formação continuada. Portanto, a formação dos professores envolvia atividades teórico-práticas referentes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, o modelo UAB na UnB, os modelos pedagógicos e concepções de EaD, os elementos essenciais de construção de disciplinas a distância, a escolha e a preparação de mídias e tecnologias e a gestão como meio de pesquisa e organização dos ambientes de aprendizagem.

De forma sistêmica, o curso permitia que o professor estivesse no papel do aluno a distância e lhe proporcionava um ambiente de discussão e reflexão concomitante com oficinas de elaboração do desenho técnico pedagógico do ambiente Moodle e do Guia da Disciplina, documento norteador para os estudos autônomos dos estudantes. O curso visava, em última instância, identificar os recursos ou ferramentas que atendessem às necessidades de aprendizagem

em cada área e disciplina. Até 2011, o curso era oferecido por uma equipe de professores e uma equipe multimídia de tecnólogos da UnB, em parceria com a Faculdade de Educação, para os professores da universidade pertencentes às seis faculdades e institutos participantes do Núcleo UAB/UnB.

Todos os professores que iriam desenvolver disciplinas para a UAB eram matriculados no curso de formação de professores. Contudo, a maioria fez o curso sem expectativa de conclusão e recebimento do certificado, pois o objetivo maior seria a construção da disciplina. Esse aspecto desafiava a equipe docente do curso de formação de professores na busca de estratégias de manutenção do professor no curso, e não simplesmente para cumprir a meta de produção da disciplina.

Outra característica importante do modelo adotado na UnB era que o professor autor deveria ser o supervisor da disciplina no momento da oferta. Portanto, o modelo se distingue de outras experiências em que o professor que concebe não executa a oferta. A UnB trabalha para implantar a convergência da produção com a oferta. O sucesso da oferta da disciplina depende do formato da configuração (indicadores de navegabilidade, usabilidade, etc.), da atuação do professor supervisor, do sistema de tutoria, do compromisso e da motivação obtidos dos alunos.

Mesmo diante das dificuldades relatadas na formação docente, que adicionadas ao fato de a maioria dos professores ter pouco ou, em alguns casos, nenhum conhecimento sobre a internet e suas tecnologias, o Núcleo UAB defendia a gestão da produção de materiais com a centralidade no fazer docente, apostando na formação completa e concreta do docente. Acreditava-se que a sustentabilidade do programa UAB na UnB estava assentada na instituição de uma cultura orientada para a formação docente para o uso das TICs no processo de ensino e aprendizagem, de forma autônoma, valorizando a convergência e alinhando as duas modalidades em um único sistema educativo (RAMOS; MEDEIROS; SILVA, 2009). O cerne da implementação da UAB na UnB esteve

No modelo adotado na UnB, o professor autor do material didático deveria ser o supervisor da disciplina no momento da oferta, visando à convergência da produção com a oferta.

permanentemente no fortalecimento do corpo docente, na busca da autonomia e domínio das tecnologias para a oferta do ensino superior a distância.

Ainda hoje, os procedimentos e as preocupações com a formação docente, organização e criação de disciplinas seguem o formato proposto pelo primeiro grupo gestor da UAB na UnB.

A gestão do sistema de tutoria

Inicialmente, o acompanhamento dos tutores era realizado pela coordenação da UAB/UnB em parceria com as coordenações dos cursos. Em 2009, foi institucionalizada a função de coordenador de tutoria, de modo que cada curso passou a ter o seu coordenador.

No Núcleo UAB/UnB, foi criada a coordenação institucional de tutoria, atuando em conjunto, e de forma colegiada, com os coordenadores de tutoria dos cursos. Desse modo, foi possível acompanhar, avaliar e melhorar a gestão dos tutores da UAB. Havia reuniões periódicas com a equipe responsável pelo sistema de tutoria nas quais eram discutidos problemas e desafios e tomadas decisões necessárias para o desenvolvimento da tutoria nos cursos, tanto presencial quanto a distância. Esse sistema colegiado funcionou durante todo o ano de 2010, buscando identificar os problemas e propor soluções na atuação da tutoria.

A gestão do sistema de tecnologia e informação

A equipe de gestão de infraestrutura era responsável pela manutenção do servidor de hospedagem do Portal UAB na UnB; manutenção e atualização do Portal UAB; criação e ajuste de temas no Moodle UAB; apoio técnico à plataforma Moodle; desenvolvimento de sistemas de apoio a gestão UAB e suporte técnico ao equipamento de informática; suporte da rede interna e administração da plataforma Moodle.

Essas atividades estavam centralizadas no Núcleo UAB/UnB e atendiam a todos os cursos. Infelizmente, não foi possível desenvolver parte do sistema que permitiria integrar o sistema acadêmico

universitário, Sigra, ao Moodle, promovendo a exportação e importação de dados entre sistemas referentes a matrícula, notas/menção, etc. Esse trabalho é uma ação importante ainda a ser desenvolvida para alcançar a convergência dos sistemas e para a melhoria da qualidade da administração acadêmica.

A gestão do polo

Em 2008, foi instituída uma área destinada para planejamento, acompanhamento, supervisão, seleção e formação dos atores dos polos UAB/UnB. Essa área tinha inúmeras funções que incluíam a interlocução direta do coordenador de polo da UnB com os coordenadores de polo dos estados e municípios, visando a preparação de planos de trabalho, o diagnóstico de problemas de gestão, a identificação da necessidade de mudanças e outras missões especiais.

Tinha-se a visão de que os polos poderiam se tornar centros educativos, culturais e mobilizadores da sociedade, com ênfase para a finalidade educativa. Várias ações foram construídas com esse intuito, incluindo a formação continuada dos gestores dos polos, ações de supervisão e visitas aos polos em uma perspectiva educativa e não punitiva, os encontros de formação visam fortalecer o papel do coordenador no sistema EaD, bem como a sua compreensão desse sistema, a execução de planos de trabalho, criação e instituição de conselho e regimentos, dentre outras.

E a história continua...

A história da construção do programa UAB nos revela uma trajetória de muitas idas e vindas, avanços e recuos em busca da qualidade do ensino a distância na Universidade de Brasília. Reconhecemos que ainda há muito para conquistar e avançar em termos de políticas públicas de educação superior na modalidade educação a distância no Brasil.

Os resultados dos primeiros anos da UAB na UnB demonstram que a instituição busca consolidar em sua estrutura a modalidade de ensino a distância, especialmente mesclando o uso de recursos tecnológicos com metodologias presenciais. Contudo, o programa Universidade

Aberta do Brasil impõe numerosos desafios e conflitos referentes à articulação de estruturas institucionais, corpo docente e metodologias específicas do ensino presencial para o atendimento das demandas oriundas do ensino a distância. Como se pode notar, as instituições devem se preparar para o alinhamento de algumas ações, pois se por um lado mantêm objetivos, missão e *modus operandi* próprios do presencial (RAMOS; LAZARTE, 2007), por outro, sofrem constantes e urgentes demandas por uma nova agenda de atividades e um conjunto estrutural acadêmico-administrativo específico para a oferta de cursos a distância.

O programa UAB impõe desafios e conflitos referentes à articulação de estruturas institucionais, corpo docente e metodologias específicas do ensino presencial para o atendimento das demandas oriundas do ensino a distância.

Podemos constatar que as ações descritas e adotadas na implementação do programa estavam compatíveis com a missão e visão da UAB na UnB: institucionalização de sistema bimodal de alta qualidade, oferta de graduação a distância convergente com o sistema presencial e formação permanente para o uso da tecnologia educativa orientada para a melhoria da qualidade do ensino, independente da modalidade. Essas ações continuam em curso, representando a vontade dos gestores de buscar a melhoria de forma permanente.

Outro elemento importante para o fortalecimento institucional foi o tratamento integrado dos cursos de educação a distância aos respectivos departamentos e faculdades da universidade. Ao separar o sistema em presencial e a distância, fragmenta-se o todo, perdendo a missão institucional. Assim, buscamos no processo de criação e implementação tratar da especificidade da implementação da modalidade educação a distância, sem romper com o sistema único universitário.

Na dimensão pedagógica, historicamente, trata-se da reinvenção das práticas pedagógicas e metodológicas e da introdução de novas formas de ensino e aprendizagem nas universidades, que desafiam os métodos e práticas tradicionais. Acreditamos no potencial do uso das TICs para suprir demandas e promover transformações na educação, superando as mazelas do presencial, visto que detém alto potencial e aplicabilidade aos processos de aprendizagem colaborativa, situando o

estudante no centro do processo de aprendizagem, democratizando os espaços de interação e ação entre os diferentes atores e, principalmente, fortalecendo por meio das interações colaborativas a autonomia dos estudantes (COLL; MAURI; ONRUBIA, 2008).

Entretanto, o processo não é automático, não basta usar as novas tecnologias. Embora haja altas expectativas acerca do uso das TICs, os resultados das avaliações de impacto não confirmam as expectativas de uso, revelando uma utilização ainda restrita e empobrecida dessas tecnologias, dominada por práticas de transmissão de conteúdos e busca/pesquisa de dados na internet. Por isso, deve-se usá-las no ensino e aprendizagem a partir de uma profunda revisão curricular, com introdução de novas metodologias de ensino e de avaliação, ampliação dos papéis dos professores e dos alunos inseridos na sociedade da informação. Acredita-se que a formação ao longo da vida requer novas ferramentas e recursos das TICs capazes de potencializar a transformação do ensino e propiciar o alcance de níveis mais qualificados de atuação do sistema educacional.

Finalmente, acredita-se que a partir das experiências acumuladas na implementação do projeto pedagógico institucional e do modelo gerador da UAB, a UnB possa alcançar como consequências educacionais e institucionais o repensar dos modelos acadêmicos tradicionais e elitistas e contribuir para o surgimento de um novo modelo de ensino superior aberto e a distância, construído no seio da universidade, resultado de um conjunto de influências e confluências do contexto socioeconômico e histórico-cultural das sociedades modernas.

Referências

ARETIO, L. G. *Historia de la Educación a Distancia*. España: Universidad Nacional de Educación a Distancia-UNED, 2010.

BUSTOS, A.; COLL, C. Los entornos virtuales como espacios de enseñanza y aprendizaje. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, México, v. 15, n. 44, p. 163-184. jan./out. 2010.

COLL, C.; MAURI, T.; ONRUBIA, J. Análisis de los usos reales de las TIC en contextos educativos formales: una aproximación sociocultural. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <redie.uabc.mx/vol10no1/contenido-coll2.html>. Acesso em: 2 fev. 2012.

RAMA, C. *La universidad latinoamericana en la encrucijada de sus tendencias*. Santo Domingo: Edición de la Universidad del Caribe, 2009.

RAMOS, W. M.; MEDEIROS, L.; SILVA, G. Mobilização da Universidade de Brasília para a oferta de ensino superior a distância no programa UAB. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, 1., Brasília. *Anais...* Brasília: Capes, 2009. p. 85.

RAMOS, W. M.; MELO, L. V. S. Os desafios postos ao programa Universidade Aberta do Brasil na democratização do acesso à educação superior pública. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CREAD, 2008.

RAMOS, W. M.; LAZARTE, L. Convergencia de educación presencial y a distancia: Desafíos de la Universidad Abierta de Brasil, el caso de la Universidad de Brasilia. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO CONSELHO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E ABERTA, Toluca. *Anais...* México: Toluca, 2007.

SILVA, G. J.; RAMOS, W. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como Potencializador da Autonomia do Estudante: Estudo de Caso na UAB/UnB. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, v. 4, n. 2, p. 92-106, 2011.

UNESCO. *Revisiting Lifelong Learning for the 21st Century*. Edited by Carolyn Medel-Añonuevo, Toshio Ohsako and Werner Mauch. UNESCO Institute for Education, 2001. Disponível em <www.unesco.org/education/uie/pdf/revisitingLLL.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2012.

Documentos oficiais

BRASIL. Decreto nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Brasília, 7 fev. 2006. Disponível em: <mecsrv70.mec.gov.br/webuab/leibolsas.php>. Acesso em: 2 fev. 2012.

_____. Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos

programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009. Brasília, 6 jun. 2009.

_____. Resolução nº 8, de 30 de abril de 2010. Altera os incisos I a V do Art. 9º, o § 1º do Art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 26/2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Brasília, 3 maio 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Edital de Seleção nº 01/2005, SEED/MEC. Brasília, DF, 16 dez. 2005. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/edital_dou.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2012.

_____. Edital de Seleção nº 01/2006, SEED/MEC/2006/2007. Brasília, DF. Disponível em: <www.uab.capes.gov.br/images/PDFs/legislacao/edital2.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2012.

ISBN 978-85-230-1049-2



9 788523 010492

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

